

Editorial

Na configuração da presente edição, a *Revista Educação e Políticas em Debate*, disponibiliza ao público as seguintes seções: Entrevista, *Dossiê*, Artigos, Resenha, Seção "Ensaio, Debates e Polêmicas" e Tradução. Nesse número, proporcionamos ao público um conjunto de doze textos, de autoria de pesquisadores de universidades públicas e privadas brasileiras, vinculados a Programas de Pós-Graduação em Educação das regiões Sudeste, Nordeste, Centro-oeste e Sul. Além das contribuições nacionais, contamos ainda com contribuições de pesquisadores europeus mediante uma entrevista com Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho, Portugal), um artigo de Christian Maroy (Université de Louvain, Bélgica). Os dois últimos textos foram publicados em versão bilíngue, sendo que na seção "Tradução" estão disponibilizados na língua vernácula.

Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho, Portugal), na seção *Entrevista*, desenvolve reflexões acerca das políticas de avaliação externa em uma perspectiva histórica e contemporânea e apresenta um quadro das especificidades avaliativas na educação em Portugal; a avaliação externa estandardizada, sua subordinação à perspectiva meritocrática e seu impacto na organização do trabalho escolar e no trabalho docente, mediante a potencialização da noção de *accountability*.

No *dossiê* "Políticas e práticas de Avaliação", sínteses e recortes de pesquisas são mobilizadas para debater a prevalência assumida pelas políticas avaliativas nas décadas recentes no âmbito governamental, colocando em evidência a diversidade de matrizes, concepções e vertentes teóricas que sedimenta essa temática.

O artigo intitulado "*L'Etat évaluateur, Accountability et confiance dans l'institution scolaire*" de autoria de Christian Maroy (Université de Louvain, Bélgica), dedica-se a reflexões de natureza teórica sobre a noção de *accountability*, problematizando seu caráter polissêmico, as

mudanças de sentido quando é transposta do campo político para o campo da educação e suas conexões com os instrumentos de regulação dos estabelecimentos escolares, inspirados no modelo do Estado avaliador. Referenciando-se numa abordagem sociológica das teorias da confiança, as análises evidenciam os efeitos potencialmente diferenciados dos sistemas de *accountability* e as condições de confiança nas instituições.

Fernanda Ferreira Belo e Nelson Amaral Cardoso (Universidade Federal de Goiás), no artigo “IDEB da escola: a aferição da qualidade do ensino tem sido referencial para se (re) pensar a educação municipal”, abordam a temática em foco neste dossiê pelo prisma do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).” Os autores desenvolvem análises sobre o Ideb enquanto mecanismo de estabelecimento de padrões e critérios para monitorar o sistema educacional brasileiro e problematizam sua utilização como referencial para o alcance da qualidade da educação básica de qualidade. A partir dos dados empíricos apresentados, o artigo apresenta reflexões sobre as potencialidades e limitações desse índice de aferição da qualidade educacional.

O artigo “Avaliação institucional no ensino fundamental: contribuições para o processo de qualificação educacional”, de autoria de Maria Simone Ferraz Pereira Moreira Costa (Universidade Federal de Uberlândia) apresenta resultados de uma pesquisa sobre os processos de participação dos estudantes de escolas públicas, da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Campinas/SP, num processo de Avaliação Institucional Participativa – AIP. A autora desenvolve um paralelo entre os mecanismos de regulação da qualidade educacional no âmbito da avaliação sistêmica e as práticas de avaliação institucional participativa evidenciando seu potencial no processo formativo dos estudantes. Os resultados indicam que a AIP configura-se como um importante mecanismo de contrarregulação à lógica avaliativa de cariz meritocrático e constitui-se em uma alternativa à qualidade educacional ancorado em práticas dialógicas e participativas.

Clarice Carolina Ortiz de Camargo e Olenir Maria Mendes (Universidade Federal de Uberlândia) no artigo “A avaliação formativa como uma política incluyente para a educação escolar”, analisam os contributos da avaliação formativa para o fortalecimento de relações dialógicas, problematizadoras e emancipatórias. Para tanto, apresentam sínteses

de natureza teórica, referenciando-se na produção nacional e estrangeira sobre o conceito “avaliação formativa”. As autoras ressaltam o forte potencial incluyente desta modalidade avaliativa indicando suas potencialidades para a Educação Básica e Superior e a relevância de se instituí-la como política pública.

O último artigo que compõe o dossiê “Políticas e práticas de avaliação” aborda processos avaliativos na Educação Superior. O artigo intitulado “Avaliação institucional na universidade pública: mecanismo de mediação entre a gestão e o planejamento” de autoria de Iria Brzezinski (Pontifícia Universidade Católica de Goiás) apresenta dados de uma investigação sobre o processo de autoavaliação institucional da Universidade Estadual de Goiás. Ancorando-se em uma pesquisa quanti-qualitativa por meio do uso de questionário, entrevista e análise de conteúdo os dados caracterizam a realidade de uma universidade *multicampi*, pública. As análises indicam vicissitudes e intermitências que comprometem a mediação do processo de avaliação institucional entre o planejamento e a gestão universitária.

Além dos trabalhos que compõem o dossiê “Políticas e práticas de avaliação”, ainda compõe essa edição artigos com temáticas diversas. Os artigos “A reforma do Estado brasileiro e a descentralização: implicações do federalismo fiscal nos estados e municípios concernentes à reforma do Estado” e “Reforma do Estado e política educacional: o projeto de desenvolvimento profissional em Minas Gerais” enfocam elementos relacionados à reforma do Estado. Nesta seção, o primeiro artigo, de autoria de Edmilson Jovino de Oliveira, Janaina Lopes Barbosa e Magna França (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), apresenta análises sobre a reforma do Estado e os desdobramentos sobre a descentralização e o federalismo brasileiro. As análises indicam que a superação das disparidades no Brasil demanda que o Estado permaneça em processo contínuo de reforma com a participação dos entes federados, equalize a distribuição dos recursos e, ainda, combata as desigualdades econômicas e sociais detectadas no modelo federativo.

O artigo “Reforma do Estado e política educacional: o projeto de desenvolvimento profissional em Minas Gerais” de Marina Ferreira de Souza Antunes (Universidade Federal de Juiz de Fora) aborda aspectos concernentes ao Projeto de Desenvolvimento Profissional dos educadores – PDP, vinculado ao Projeto Escolas

Referências implementado no estado de Minas Gerais. As análises indicam contradições e ambiguidades no processo de seleção e constituição das “Escolas Referência” e evidenciam a premência da minimização dos efeitos das desigualdades sociais na distribuição das oportunidades educacionais com o horizonte da construção de bases sólidas para a edificação de uma qualidade educacional socialmente referenciada.

Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (Universidade Federal do Paraná), no artigo intitulado “O Plano Nacional de Educação (PNE) sob a perspectiva da gestão” a partir de um estudo teórico e documental enfoca a gestão educacional no âmbito do Plano Nacional de Educação de 2001 (Lei n.10.171/2001) e do PL 8035/2010. As análises identificam as perspectivas de Gestão Educacional presentes nos supracitados documentos e as concepções de Estado, Democracia e Educação que lhes subjazem.

O artigo “Heterarquias e ‘governança filantrópica’ global: implicações e controvérsias para o controle democrático das políticas públicas” de autoria de Antonio Olmedo (University of London), aprofunda reflexões sobre o processo de “governança filantrópica”, mediante análises sobre a estrutura e as práticas de organizações filantrópicas. Os delineamentos metodológicos da pesquisa são referenciados na “etnografia da rede”, uma nova abordagem que combina ferramentas da *Social Network Analysis* (SNA) com métodos etnográficos tradicionais. Os dados evidenciam processos de materialização de um “novo regime de governança global” onde os discursos em torno da educação e do desenvolvimento têm o efeito de tornar populações economicamente úteis e politicamente dóceis em relação aos interesses globais dominantes.

A seção *Ensaio, Debates e Polêmicas* é composta pelo texto “Adolescência heteronormativa masculina: um enfrentamento com possibilidade de suicídio” de pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos: Welson Barbosa Santos, Marisa Borges e Juliano da Silva Martins de Almeida. O artigo enfoca os processos sociais de constituição de identidades masculinas em relação à heteronormatividade referenciando-se em uma pesquisa com 200 meninos adolescentes, alunos de duas instituições de ensino. Os dados apontam que aqueles comportamentos de adolescentes masculinos que estão fora do

que a sociedade aceita e impõe como condutas, contêm conflitos e tensões que podem estimular o suicídio entres esses adolescentes.

Na seção *Resenha*, contamos com a colaboração de Silvani Aparecida Ribeiro de Paiva (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), por meio da análise da obra *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada* (2011) de autoria de Dalila Andrade de Oliveira, Myrian Feldfeber e Mônica Eva Pini.

Por fim, na seção *Tradução*, contamos com o artigo *L'Etat évaluateur, Accountability et confiance dans l'institution scolaire* de autoria de Christian Maroy (Université de Louvain, Bélgica) e o artigo *Heterarchies and "philanthropic governance" global: controversies and implications for social control of social policies*, de Antonio Olmedo (University of London – UK). As traduções foram realizadas por Idalice Ribeiro Silva Lima (Universidade Federal do Triângulo Mineiro) e Lúcia Ribeiro (Program Specialist - Alzheimer's Association, Califórnia, USA).

Agradecemos aos colaboradores, tradutores e pareceristas *ad hoc* desse número pelas valiosas contribuições.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Maria Vieira Silva
Presidente do Conselho Editorial